



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2022v31n1.62461

José Marcelo Costa dos Santos, Maria do Amparo
Borges Ferro
O Projeto Logos no Piauí: memórias formativas de
professores leigos no Delta do Rio Parnaíba (1970-
1980)

O PROJETO LOGOS NO PIAUÍ: MEMÓRIAS FORMATIVAS DE PROFESSORES LEIGOS NO DELTA DO RIO PARNAÍBA (1970-1980)

José Marcelo Costa dos Santos [*]
Maria do Amparo Borges Ferro [**]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar aspectos do Projeto Logos, no tocante ao processo formativo de professores leigos no Delta do Rio Parnaíba, nas comunidades ribeirinhas da Ilha Grande de Santa Isabel, no período de 1970 a 1980. Especificamente, intencionamos: caracterizar aspectos do Projeto Logos no território piauiense; descrever como se deu o processo formativo de professores leigos que atuaram em comunidades ribeirinhas do Delta do Rio Parnaíba; discutir aportes sobre a formação do professor leigo no Brasil, com enfoque no Piauí, no final do século XX. Trata-se de uma pesquisa histórica, de abordagem qualitativa, com viés metodológico na História Oral, tendo como técnica de produção de dados a entrevista de história oral plena, aplicada a três professores aposentados. A base teórica contemplou, dentre outros: Brasil (1975; 1974; 1971), Halbwachs (2006), Meihy e Ribeiro (2021), Warde (1986). O estudo mostrou que o Projeto Logos foi uma política de formação que habilitou centenas de professores leigos no Piauí, oportunizando profissionalização e possível melhoria da qualidade do ensino, por meio da certificação de Professor de 1º grau aos docentes que atuavam sem formação para o magistério.

Palavras-chave: Ilha Grande de Santa Isabel. Professores Leigos. Projeto Logos.

[*] Doutor em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) - Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5612-5601> - e-mail: josemarcelo@ors.uespi.br

[**] Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Professora Titular da Universidade Federal do Piauí, atuando no Departamento de Fundamentos da Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação; coordenadora do Núcleo de Educação, História e Memória - Universidade Federal do Piauí – ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1584-7007> - e-mail: amparobferro@gmail.com



INTRODUÇÃO

O Delta do Rio Parnaíba, único em mar aberto das Américas e o terceiro maior do mundo, compreende um arquipélago de dezenas de ilhas entre os territórios dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Na extensão piauiense, localiza-se a Ilha Grande de Santa Isabel, há cerca de 360 km da capital Teresina.

Sendo Zona Rural do município de Parnaíba até 1994, quando foi emancipada, a região de Ilha Grande de Santa Isabel compreendia várias comunidades ribeirinhas, que se formaram nas proximidades dos igarapés formados por braços do Rio Igarauçu: Canto do Igarapé, Cal, Baixão, Morros da Mariana, Tatus, Labino, Pedra do Sal, Urubu, Vazantinha, Fazendinha, dentre outras.

Nessas localidades, até a segunda metade do século XX, havia grande escassez de professores formados, sendo comum encontrar moradores que exerciam o papel de leigos, ou seja, lecionavam sem formação específica para o magistério, muitas vezes sem sequer ter concluído a escolarização de 1º grau – atual Ensino Fundamental. Os não titulados, em sua maioria, não tinham condições de estudar na Escola Normal, em Parnaíba, portanto, a implantação de políticas formativas que garantissem o acesso e permanência do público leigo fazia-se urgente.

Na década de 1970 foi implantado o Projeto Logos, visando a qualificação de praticantes da docência não titulados, oportunidade em que os leigos da Ilha Grande de Santa Isabel puderam estudar. O presente artigo tem como objetivo analisar aspectos do Projeto Logos, no tocante ao processo formativo de professores leigos no Delta do Rio Parnaíba, nas comunidades ribeirinhas da Ilha Grande de Santa Isabel, no período de 1970 a 1980.

Especificamente, intencionamos: caracterizar aspectos do Projeto Logos no território piauiense; descrever como se deu o processo formativo de professores leigos que atuaram em comunidades ribeirinhas do Delta do Rio Parnaíba; discutir aportes sobre a formação do professor leigo no Brasil, com enfoque no Piauí, no final do século XX.

Buscamos o entendimento da seguinte problemática: “De que forma o Projeto Logos



contribuiu para a formação e profissionalização dos professores leigos de Ilha Grande de Santa Isabel? Entendemos que este estudo justifica-se e faz-se necessário, dentre outras questões, porque revela importantes vertentes da História da Educação, com ênfase em tópicos sobre o Piauí, na especificidade da formação de professores.

A pesquisa nos convida a adentrar, em movimentos de travessias, pelos trajetos formativos de professores ribeirinhos, a partir de suas memórias de formação em busca de qualificação profissional, no recorte de 1970 a 1980 – período que corresponde ao ingresso desses docentes no magistério, bem como sua atuação como cursistas no Projeto Logos.

CARACTERIZAÇÃO DO PROFESSOR LEIGO

O ingresso de professores sem qualificação para docência, em instituições escolares, representou uma dura realidade vivenciada no Brasil até o final do século XX. Viana e Santos (2018, p. 660) apontam que no país “[...] nas décadas de 1960 a 1980 os professores e professoras sem formação técnica (magistério) ou superior eram conhecidos como professores leigos”.

De acordo com os autores, esses docentes eram iniciados na profissão ainda muito jovens, antes mesmo de completar 18 anos e, em sua maioria, possuíam formação de 1º grau incompleto, ou seja, eram moradores, principalmente de regiões rurais, que cursavam até 4ª série primária, salvo exceções.

Picanço (1986) aponta que no começo da década de 1980, no Brasil, os professores não titulados que atuavam no 1º grau representavam 15,5% da parcela dos profissionais neste nível de ensino, ressaltando-se que 55,7% desta proposição atuavam em contextos de escolas de zona rural.

No Nordeste, os leigos correspondiam a “32,0% do total de professores e, destes, 72,8% atuavam no ensino rural. Nesta região, encontravam-se 27,4% do professorado de 1º grau do país e 56,8% do total de professores leigos. Em termos de ensino rural, esta região concorre com 45,0% para o total do País”. (PICANÇO, 1986, p. 09).

De acordo com o Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação, em 1972 o Piauí tinha cerca de 2.582 professores formados e uma estimativa de 10.446 leigos,



representando, em média, 80, 2% do quadro de professores no Estado, um dado alarmante para época.

Estes percentuais mostram quão extensa era a atuação do professor leigo, que esteve presente em todos os estados da federação, alguns em maiores proporções, casos do Piauí e da Paraíba, e outros em menores escalas, como são exemplos o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, ambos com pouquíssima incidência de leigos.

Stahl (1986) aponta que, em meados de 1980, havia em território nacional cerca de duzentos mil docentes sem formação para o magistério. Cabe ressaltar que tratamos apenas de dados ilustrativos, uma vez que regiões mais longínquas podem não ter sido incluídas o que, possivelmente, mudaria as proposições para números maiores.

A redação da legislação de 1971 assegura a exigência de formação para a docência, entretanto, abre precedentes para que leigos possam atuar. De acordo com a Lei n. 5.692/71, em seu artigo 30, que tratava da formação para o magistério no Brasil:

Art. 30 – Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª série, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª série, habilitação específica de grau superior ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena. (BRASIL, 1971, p. 01).

Por esta primeira normativa, poderíamos interpretar que a presença dos ribeirinhos, fazendo referência aos participantes de nossa pesquisa, no magistério oficial seria uma possível infração da lei, estando essas pessoas em caráter de ilegalidade, uma vez que não atendiam ao que era exigido na legislação.

Ocorre, e cremos que isso se deve ao fato de o próprio Governo ter conhecimento das reais condições de escolarização e da escassez de professores formados no país, que a mesma lei dava abertura para que pessoas sem a formação exigida pudessem exercer a docência, ratificando a presença dos leigos nas escolas, a saber:

Parágrafo único: Onde e quando persistir a falta real de professores, após a aplicação dos critérios estabelecidos neste artigo, poderão ainda lecionar: a) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, candidatos que hajam concluído a 8ª série e venham a ser preparados em cursos intensivos; b) no ensino de 1º grau, até a 5ª série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados, nos vários sistemas, pelos respectivos Conselhos de Educação; c) nas demais séries do ensino de 1º grau e no de 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo



Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicadas pelo mesmo Conselho. (BRASIL, 1971, p .01).

Desta forma, os professores que atuavam nas comunidades ripárias do Delta do Rio Parnaíba, nos contextos da Ilha Grande de Santa Isabel, foram inseridos nessas brechas. Eram moradores com instrução primária (geralmente a 4ª ou 5ª séries do 1º grau), o que para a época (1970-1980) era, senão suficiente, uma considerável contribuição na vida de crianças, jovens e adultos que viviam na ignorância do conhecimento letrado, tendo no trabalho desses leigos a oportunidade de aprender a ler, escrever e calcular.

A respeito da legislação de 1971, Warde (1986) compreende que a lei construiu um parâmetro contraditório sobre a figura e a atuação do professor leigo: ao passo que enfatizava a normatização sobre quem deveria exercer o magistério, abria precedentes para que pessoas sem a formação exigida pudessem atuar na docência.

A autora critica o sistema que proibia e, ao mesmo tempo, permitia a prática de inserção de professores leigos no próprio sistema. Vendo por outro prisma, e considerando a realidade dos povoados do Delta do Parnaíba, podemos compreender que caso a legislação fosse levada a cabo não teríamos a instrução que foi promovida pelos leigos em Ilha Grande de Santa Isabel, tendo em vista que os professores formados vieram anos após os primeiros não titulados começarem a atuar.

Devemos esclarecer que não estamos concordando com a prática de introdução de professor sem formação no magistério, ao contrário, defendemos que a formação é necessária e preponderante à docência. Não obstante, não podemos desconsiderar que foi com o trabalho dos leigos, mesmo com suas fragilidades e discrepâncias óbvias dada a ausência de formação especializada, que centenas de moradores vazanteiros passaram ao domínio instrucional de leitura, escrita e cálculo.

Fato é que os leigos estiveram por muito tempo inseridos no magisterio oficial, como enfatiza Brandão (1986, p. 13): “Há, por exemplo, o professor leigo de carreira, em geral a pessoa que, sem nunca haver chegado à posição de um professor formado, dedicou quase toda a sua vida ao magistério, principalmente em áreas rurais”.

Embora a Lei n. 5.692/71 exigisse, no mínimo, formação escolar de 1º grau completa aliada a curso de preparação pedagógica específica, para o exercício do magistério de 1ª a 4ª



série, a realidade da época mostrava quadro discrepante: jovens com menos de 18 anos e tendo apenas o ensino primário incompleto atuavam como professores em salas de aula improvisadas em suas próprias residências ou nos poucos grupos escolares que existiam.

No caso dos participantes deste estudo, havia a Escola Normal em Parnaíba, implantada em 1927, todavia, estudar na cidade era muito complexo para os ribeirinhos da Ilha Grande de Santa Isabel, em virtude da distância, falta de recursos, transporte e disponibilidade de tempo. Portanto, a chegada de uma política de formação que atendesse à demanda dessa clientela era crucial, o que nos leva ao Projeto Logos, implantado no início da década de 1970.

CAMINHO METODOLÓGICO

Este estudo possui abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (2001), se configura como um tipo de pesquisa marcada pela análise e compreensão de fatos, fenômenos e pessoas em suas manifestações de sentido e significados, o que envolve os valores, as relações, comportamentos e atitudes. Configura-se no campo da História da Educação, nas dimensões da historiografia piauiense, no ramo dos Estudos Culturais (BURKE, 2008), tendo como escopo as memórias de formação de três professores leigos de Ilha Grande de Santa Isabel.

Nosso conceito de memória se ampara nos postulados de Halbwachs (2006) e Catroga (2001) que, a rigor, a compreendem, salvo suas possíveis diferenças conceituais, como um processo privilegiado do ser, não sendo meras lembranças, mas as percepções que podem ajudar a (re)construir, reconstituir o passado, em diferentes tempos, considerando acontecimentos marcantes que são compartilhados entre uma comunidade, incluindo nesse sentido, a linguagem, a cultura, a educação e a história.

A memória não é sinônimo de acúmulo de tudo que vivemos e guardamos em lembranças, afinal, nossa memória não é um campo de depósito de velharias que vão se acumulando ao longo do tempo, ocupando espaço de maneira inerte e que vão se amontoando a ponto de encher e não caber mais nada.

Catroga (2001, p. 20) nos lembra de que a memória é: “[...] sempre selectiva. Por



consequente, ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registro; mas é retenção afectiva e quente do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo”.

Halbwachs (2006), por sua vez, tece uma importante discussão sobre a ideia de memória, sendo seletiva, como resultado de processos individuais e coletivos que se formam nas interações entre sujeitos em uma comunidade afetiva. Considera que a memória é campo em que o conteúdo se organiza a partir do grau de expressividade entre os sujeitos diante de um evento, uma situação, um assunto, um ato.

Na pesquisa em história cultural, a memória pode ser importante ferramenta de produção de dados. Neste estudo, é tratada na esteira metodológica da *História Oral*. Trabalhar com essa perspectiva é possibilitar que a história seja registrada de outras formas, para além do que foi instituído, visto que “a história oral é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e é reconhecida como história viva”. (MEIHY, 2005, p. 17).

De acordo com Meihy (2005), a História Oral compreende três modalidades, a saber: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Em nossa travessia de pesquisa, elegemos a modalidade história oral temática, considerando que o estudo partiu “de um assunto específico e preestabelecido”. (MEIHY, 2005, p. 51).

A técnica utilizada para a produção dos dados foi a entrevista de história oral plena, defendida por Meihy e Ribeiro (2021, p. 16) também como história oral pura, que envolve “a elaboração e análise de entrevistas [...] comparativas, mesclando opiniões, pontos de vista ou fatos revelados”.

Os colaboradores foram três professores, escolhidos pelo seguinte critério: ser professor/a aposentado/a, com atuação docente nas comunidades ribeirinhas da Ilha Grande de Santa Isabel, no período de 1970 e 1980. Cada colaborador/a recebeu uma carta-convite com explicações sobre o projeto, os objetivos e a forma de participação, em seguida houve uma visita dos pesquisadores para esclarecimentos e, em caso de aceite, agendar dia e hora para as entrevistas, que aconteceram individualmente e foram gravadas.

As entrevistas ocorreram presencialmente, após assinatura do Termo de



Consentimento Livre e Esclarecido, com duração de 20 a 45 minutos, sendo realizadas nas residências dos colaboradores. Cada entrevista compreendeu quatro perguntas-chave, que se tornaram as categorias de análise do estudo: 1. *Quando o/a senhor/a iniciou sua carreira magistério e que formação possuía na época?* 2. *Como foi seu ingresso no Projeto Logos?* 3. *Como era a estrutura e o currículo do Projeto Logos?* 4. *Quais as contribuições dessa formação para sua prática docente?*

Realizadas as entrevistas, passamos aos seguintes procedimentos: transcrição na íntegra da entrevista em linguagem verbal oral para o estado de linguagem verbal escrita, textualização; devolução da entrevista em formato escrito aos colaboradores para que analisassem e legitimassem o conteúdo; análise do material aprovado pelos entrevistados, relacionando os relatos com construtos teóricos sobre o Projeto Logos; produção do relatório de pesquisa.

TRAVESSIAS FORMATIVAS DOS PROFESSORES LEIGOS DE ILHA GRANDE DE SANTA ISABEL

Nas décadas de 1970 e 1980, quando a aurora coloria o céu da Ilha Grande de Santa Isabel, jovens ribeirinhos já estavam em travessias, literalmente, saindo de seus povoados em direção a outras ilhas com o desejo de se tornarem professores. Um sonho, um projeto, a possibilidade de mudar de vida e mudar a vida dos seus. Meninos e meninas batalhadores e guerreiros, que conheceram o pesar de perdas e da dura batalha de vencer os obstáculos da vida.

Assim, começou a se desenhar a história do magistério de nossos entrevistados, identificados neste estudo como *Colaborador 01*, *Colaborador 02* e *Colaboradora 03* – leigos que se tornaram professores titulados nas terras ribeirinhas do Delta do Rio Parnaíba a partir da segunda metade do século XX.

A entrevista desenvolvida compreendeu perguntas previamente elaboradas, entretanto, antes destas, foi pedido a cada colaborador/a algumas informações como idade, tempo de serviço na educação e órgão que está vinculado/a. Neste segmento, apresentamos os seguintes fragmentos referenciais:



Colaborador 01: Tenho 66 anos e 37 anos de serviços na educação pública. Atualmente, estou aposentado pela Secretaria de Educação do Piauí. Iniciei minha carreira com uns 15 anos, como professor leigo, e alfabetizei muitas crianças nas comunidades aqui de Ilha Grande.

Colaborador 02: Estou com 76 anos e tenho mais de 30 anos de exercício na educação. Hoje estou aposentado pela SEDUC do Estado do Piauí e pelo município de Ilha Grande. Eu comecei a ser professor como leigo, tinha uns 18 para 19 anos; dei aula no Mobral e fui, por muitos anos, diretor de escolas.

Colaboradora 03: Eu comecei a ser professora há muito tempo, dava aula em casas, como leiga, nem me lembro quantos anos eu tinha [risos]. Tenho 77 anos e trabalhei uma vida como professora. Alfabetizei muito, dei aula em outras séries também e, à noite, ensinava aos pais de família, os pescadores, trabalhadores de roça daqui, no Mobral. Sou aposentada como professora, pela Prefeitura de Parnaíba.

Segundo os colaboradores, o magistério é uma verdadeira travessia em correntezas e navegar em suas águas é desafiador, dentre outras turbulências, é preciso resistir às ondas do tempo e aprender a nadar em novas águas, buscando sempre a melhor direção na qual os ventos soprem em nosso favor.

Enfrentando suas travessias, esses leigos sabiam que somente poderiam sobreviver na docência se aprendessem a remar e levar sua “canoa” ao porto exigido pelo Sistema: formação para o exercício do magistério. Havia a possibilidade de estudar na Escola Normal, mas isso para eles não poderia ser alcançado dada a dinâmica de trabalho e família, bem como pela falta de condições financeiras de se manter nos estudos.

O vento soprou forte, muitos caíram nas “águas” e não puderam voltar às suas canoas, perderam-se nas correntezas, outros resistiram e, mesmo com embarcações “frágeis”, seguiram no curso dos rios da educação. Eis que um novo horizonte se fez presente, uma oportunidade de estudar e formar-se em magistério: o Projeto Logos.

O Parecer 349/72, a exemplo da reforma de 1971, reconhecia a fragilidade do Sistema Educacional em relação à formação para o magistério, recomendando ações em forma de programas que viabilizassem o processo de qualificação e atualização dos professores que estivessem na ativa. O intuito era a formação de mais docentes diplomados, para que fossem atendidas a legislação, então em vigor.

Como a maioria das políticas de formação, o recomendado por esse parecer e pela Lei de 1971 não aconteceu de imediato, no entanto, vários projetos e programas foram desenvolvidos nas últimas décadas do século XX, com vista à diminuição do número de



professores leigos e o aumento de formados nas diversas regiões do país, dentre os quais foi instituído o Projeto Logos.

Tratava-se de uma política de formação de professores, desenvolvida pelo Ministério da Educação em parceria com as secretarias de educação dos estados. O objetivo era qualificar, com formação pedagógica, praticantes de magistério não titulados, inserindo-os nos parâmetros da legislação vigente.

Sobre o ingresso nesse projeto, os colaboradores enfatizaram a relevância da oportunidade de estudar e se qualificar, já que mesmo existindo o curso normal pela Escola Normal Francisco Correia, era muito difícil se dirigir todos os dias à Parnaíba. A este respeito, assim se posicionaram:

Colaborador 01: No final do Governo Militar, houve um Programa chamado Logos, que tinha a finalidade de diminuir o número de professores leigos, tinha professores daqui da Ilha Grande, de Parnaíba, de Cocal, de Luís Correia. Então, fui cursar essa formação, porque queria ser um professor formado e deixar de ser leigo. Eu entrei no Programa pelo Estado do Piauí.

Colaborador 02: Então, eu comecei como leigo né, depois fiz o Pedagógico pelo Projeto Logos, que foi um projeto que veio para formar os leigos. Aí depois fiz também o adicional em Ciências, que era tipo uma especialização do normal, dava direito a dar a aula na 5ª e na 6ª série.

Colaboradora 03: Assim, já com muitos anos trabalhando, eu me formei através do Projeto Logos, onde fiz o curso Pedagógico. Esse Projeto era pelo Governo do Estado e também que era da prefeitura também podia fazer. A gente ia lá para a Escola Normal, em Parnaíba, às vezes. Mas não era todos os dias, porque se fosse não dava certo, porque eu trabalhava e já tinha marido e filhos para eu cuidar e não tinha como estudar na Escola Normal não.

Os relatos dos colaboradores apontam para o quadro crítico de falta de professores formados no Piauí, ao passo que caracterizam o entendimento de que eles já reconheciam a necessidade de se qualificar e deixar de ser leigo para ser um professor formado. Esse cenário de escassez de docentes com formação para o magistério ultrapassava o território do Piauí, embora nesse estado estivesse a maior concentração de leigos (BRASIL, 1974).

Tendo em vista essa realidade nacional, o Ministério da Educação, por meio do seu Departamento de Ensino Supletivo, em ação ousada buscou um diferencial metodológico, em nível de supletivo, que possibilitasse a habilitação de professores leigos sem que para isso estes fossem afastados das salas de aula, ou seja, uma formação para o professor em exercício.



Assim, o *Logos I* compreendeu uma formação supletiva em nível de 1º grau, um projeto piloto que visionava, mediante os resultados esperados, sua segunda etapa: o Logos II, o qual ofereceria formação de 2º grau aos professores, conservando a mesma proposta metodológica da primeira fase. (BRASIL, 1974).

O Logos I foi implantado nos estados do Amapá, Paraíba, Piauí, Rondônia e Roraima, contemplando a formação da 4ª a 8ª série do 1º grau, em um período de 12 meses. A estimativa inicial é que nesses estados havia cerca de vinte mil leigos, sendo o Piauí o território com maior quantitativo, 10.446 professores, seguido da Paraíba, com 7.525 docentes sem formação.

A metodologia desenvolvida no Projeto contemplava Módulos de Ensino, direcionados a dois mil professores como “um processo de qualificação com a duração de 12 meses, estruturado numa técnica indireta de ensino-aprendizagem, com base nos módulos e encontros pedagógicos mensais para avaliação, no último domingo de cada mês”. (BRASIL, 1974, p. 12).

O Logos I iniciou em março de 1973, compreendeu uma clientela de faixa etária entre 20 e 35 anos, cuja a escolarização ia a partir da 4ª série primária. Os cursistas recebiam o material específico, mediante um cronograma de ensino a distância, como reportaram nossos colaboradores ao serem indagados sobre a estrutura e o currículo do Projeto Logos:

Colaborador 01: A gente recebia o material (Português, Matemática, as metodologias, tudo tinha), estudava em casa e fazia as provas lá na Escola Normal, tipo como se fosse um supletivo; fizemos também estágio e a formatura foi em Teresina, tinha mais de quinhentas pessoas no dia da formatura. Eu não cursei a Escola Normal, mas a metodologia do curso do Logos era idêntica à da Escola Normal, as mesmas disciplinas ou muito parecidas, só que o normal era todo dia as aulas e o nosso curso era só de vez enquanto presencial.

Colaborador 02: Eu estudei pelo Curso Pedagógico, que tinha o valor do Normal, eu lhe digo que era um curso muito bom, com boas matérias, bons professores que aplicavam as atividades e também orientavam. As matérias assim que eu lembro que tinha era Comunicação e Expressão, Matemática também, Ciências, também as matérias pedagógicas que era mesmo da gente aprender a dar aula e muitas outras. Aí tinha os dias da gente ir fazer os exames e pegar as orientações. Isso era lá na Escola Normal mesmo, em Parnaíba. Eles [os monitores] davam os materiais e aí você tinha que estudar pelos manuais para se preparar para fazer o exame no dia que era marcado.

Colaboradora 03: Os responsáveis desse curso [os monitores] davam como se fosse os kits de estudo. Ali tinha todas as matérias, tanto aquelas matérias comuns mesmo, que era Leitura, Matemática, Estudos Sociais, Ciências também eu acho que tinha e



as matérias do curso pedagógico, não me lembro os nomes agora, mas era tudo de Didática, Prática de Ensino também. Então, a gente estudava em casa pelos livros, tinha o dia marcado de ir fazer as provas, ou receber as formações e assim fomos fazendo e conseguindo a formação que na época era pra ter, ser formado mesmo.

O *Colaborador 01* considera a estrutura do Projeto semelhante ao curso pedagógico ofertado pela Escola Normal Francisco Correia, embora não fosse em regime diário. Contudo, o curso Normal se dava no período mínimo de três anos e exigia 1º grau completo para ingresso. Essa relação de semelhança entre as formações do Logos e da Escola Normal é também reconhecida pelos demais colaboradores, em virtude das disciplinas de cada curso e pelo fato de que o encontros presenciais do Logos aconteciam nas instâncias da Escola Normal.

Relembrando sua formação nas etapas I e II do Projeto Logos, o *Colaborador 02* e a *Colaboradora 03* enfatizaram que havia, além dos materiais para estudos em casa, os professores responsáveis pela monitoria e supervisão dos leigos (um a cada cinquenta professores cursistas). “Os monitores, através das secretarias de educação, preparavam o subsistema em âmbito estadual para operacionalização do projeto, criando o necessário suporte logístico à consecução dos objetivos pretendidos”. (BRASIL, 1974, p. 19).

Os materiais a que se referem os entrevistados contemplavam o currículo do projeto, sendo composto por quatro eixos norteadores: o primeiro relativo à *compreensão do aluno*, integrando os conteúdos de Noções Sociais, Biologia e Psicologia; o segundo referia-se à *observação do aluno*, com base na técnica de observação, comparação e registros de comportamento; o terceiro comportava o estudo das metodologias e orientação, no parâmetro do *ajustamento do aluno*; o quarto ponto englobava o domínio de técnicas de trabalho individual, em caráter de grupo e em atividades comunitárias. (BRASIL, 1974).

Assim: “Em torno desta dinâmica, foram estabelecidos os planejamentos para dosagem dos conteúdos, selecionados em função do teste de identificação de estágio. Esses planejamentos constituem o núcleo do processo e o mínimo de conteúdos a serem abordados”. (BRASIL, 1974, p. 21).

Os módulos de ensino eram divididos nas seguintes matérias de estudos: Informação, Estudos Sociais, Comunicação e Expressão, Ciências, Orientação, Educação Artística, Matemática e Técnicas Didáticas, visando a preparação de docentes para as primeiras séries

DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2022v31n1.62461

José Marcelo Costa dos Santos, Maria do Amparo
Borges Ferro
O Projeto Logos no Piauí: memórias formativas de
professores leigos no Delta do Rio Parnaíba (1970-
1980)

do 1º grau.

O MEC acreditava que este currículo era capaz de qualificar para a docência o público em questão, levando certificação a centenas de professores leigos, como podemos ratificar abaixo, mediante notícia publicada pelo *Jornal O Dia*, em 14 de dezembro de 1974, aqui referenciado por meio da pesquisa de Gonçalves (2015).

Figura 01 – Notícia sobre a certificação de leigos no Piauí

Fonte: Gonçalves (2015, p.125)

Como podemos observar na manchete, o Projeto Logos I deveria formar cerca de mil professores no Piauí, estando ainda longe de sanar as dificuldades de formação no Estado, assim como nos demais locais onde foi aplicado, no entanto, no Piauí houve quase uma centena de desistências, dentre outros fatores, pelo descrédito na validade do curso e ausência de incentivo sobre a possível melhoria nos vencimentos daqueles que concluíssem a formação, como atestam nossos colaboradores.

Colaborador 01: Assim, eu fui fazer o curso porque eu sabia que aquilo era uma coisa necessária. Eu não era formado e eu precisava me formar, então eu fiz o curso, mas a gente não tinha muito incentivo de que se fizesse o salário ia ficar melhor. Era mais pelo esforço que a gente tinha de querer se formar mesmo.

Colaborador 02: Eu conheci gente que desistiu. Tinha uns professores lá de Luis Correia, também de outras cidades que saíram. Daqui [Ilha Grande de Santa Isabel]



eu acho que todo mundo que estava ficou até o final. Eu gostava do curso e sabia que era bom para meu trabalho. Aprender as metodologias, coisas que a gente não sabia e lá foi ensinado pra gente melhorar na sala de aula.

Colaboradora 03: Nossa, eu tenho muito orgulho de ter feito esse curso, ter meu diploma e não ser mais uma professora leiga. Eu fiz com muito esforço, estudava na hora que dava certo, de noite, de madrugada [risos], mas eu queria era aprender, para depois ensinar para meus alunos. Para mim, valeu muito a pena. Eu nunca pensei em desistir, mas teve colegas que não cheram a terminar.

O *Colaborador 01* enfatiza a falta de incentivo em relação aos proventos sobre a formação no Projeto Logos, ou seja, em princípio ser formado não significava de imediato de um rendimento maior, contudo, isso aconteceria na medida em que houvesse a mudança de categoria, de leigo para titulado, no contrato. Ainda assim, o salário era defasado e havia muitos casos de atrasos no pagamento dos professores.

O *Colaborador 02* aponta os casos de desistência no curso, fato que é ratificado nos próprios registros do Projeto Logos, como enfatizamos acima, em que foi verificado que quase cem cursistas evadiram somente na primeira etapa. Não obtivemos informações sobre o número de desistências na segunda etapa, mas acreditamos que estas aconteceram.

A *Colaboradora 03* deu ênfase à necessidade de buscar formação e de como o curso foi importante para sua carreira, mesmo diante das dificuldades que se apresentavam, principalmente sobre encontrar tempo entre os afazeres do lar, cuidados com filhos e o trabalho de professora com os estudos do Logos.

Percebemos nos relatos que os colaboradores reconhecem que a formação é algo importante em suas práticas, inclusive porque isso poderia melhorar seus fazeres em sala de aula. Há um desejo de qualificação para uma mudança de pedagogia, o que se constitui como fator positivo no magistério desses docentes.

Os resultados obtidos no Logos I impulsionaram a possibilidade de execução do Logos II. As parcerias com as secretarias de educação continuaram e estas se encarregavam de “motivar” os professores ao curso, que tinha como critérios para inserção: “a) idade mínima de 19 anos; b) efetivo exercício no magistério nas 4 primeiras séries do 1º grau; c) grau de escolarização: entre 4ª e 8ª série do 1º grau”. (BRASIL, 1975, p. 137).

No Piauí, o Projeto Logos II foi desenvolvido em cinco etapas, tendo dez núcleos de atendimento aos professores cursistas. Como enfatizado pelos professores entrevistados, a formação oferecida pelo *Projeto Logos II* foi essencial em suas travessias profissionais e



formativas.

Esse curso possuía um currículo de ensino organizado em torno de dois eixos, de onde se originavam os módulos, sendo que um eixo contemplava uma base comum voltada aos conteúdos de 2º grau e outra com as especificidades da formação pedagógica, com disciplinas do campo dos Fundamentos da Educação, Didática e Métodos e Técnicas de Ensino.

Nesse ensejo, a formação oferecida pelo Logos II fornecia aparato para que o concludente pudesse lecionar no 1º grau. As disciplinas de Educação Geral oportunizavam o conhecimento de Línguas e Ciências, enquanto a Formação Especial contemplava as Humanidades e as Metodologias de Ensino. O título conferido pelo Projeto denominava-se: “*Professor do Ensino de Primeiro Grau*”, conquistado com a conclusão do curso.

Durante a entrevista, os professores que se formaram pelo Logos falaram da oportunidade de estudar, dos encontros presenciais que aconteciam no prédio da Escola Normal e da importância dessa formação tanto para a melhoria da qualidade de seu trabalho como para sua carreira, já que significou sua efetivação como professores formados.

Colaborador 01: Eu alfabetizava aqui nas comunidades, fazia do jeito que via os outros [professores] fazer, mas com a formação eu conheci as melhores formas de desenvolver a aula e isso foi muito bom pra mim. Quer dizer, eu alfabetizei melhor ainda, depois que estudei e me formei.

Colaborador 02: É claro que depois de formado, a cabeça é outra. Então, eu já tinha alguma experiência e juntei com o que eu aprendi e acho que fazia direito, porque os alunos aprendiam e dava certo, mesmo com as dificuldades que a gente tinha naquela época, que eram muitas, era demais [risos].

Colaboradora 03: Eu aprendi muita coisa nesse curso, de plano de aula, de como preparar minha aula, para ficar melhor e eu conseguir chegar na cabeça dos meninos, para eles aprenderem as coisas que tinham que saber, que nessa época era mais ler e escrever mesmo.

Percebemos que o *Colaborador 01* ratifica a ideia de que a ausência de formação pedagógica era sentida na prática desse professor, ao passo que ao se tornar um titulado percebeu melhorias em seu trabalho, reconhecendo a validade do curso para seu magistério. O *Colaborador 02* é consciente de que a formação, aliada a sua experiência em sala de aula, tornou sua prática mais eficaz trazendo melhores resultados.

A *Colaboradora 03* acredita nas contribuições do curso em sua formação, apontando



elementos importantes de seu aprendizado no Projeto Logos, como a feitura de um plano de aula e como desenvolvê-lo com os alunos, de modo que o processo de ensino e aprendizagem fosse melhor desenvolvido.

As entrevistas apontam para possível mudança na postura e, certamente, na pedagogia desenvolvida por esses professores após a qualificação no projeto. Desde o fato de compreender as nuances do planejamento de ensino a pensar possíveis metodologias para suas salas de aula, são sinais de que a formação trouxe contribuições para esses docentes, ratificando que o magistério é um campo que se caracteriza por formação constante.

Em análise sobre a estrutura do Projeto Logos, Brito (2019), baseada em dados do Ministério da Educação, caracterizou alguns importantes aspectos sobre o referido projeto:

No Piauí, o projeto-piloto do Logos II ocorreu em cinco etapas, com duração de quatro anos (1975 a 1979), e pretendia formar 7.000 professores leigos. [...] A primeira etapa (maio – 75/77), a segunda (agosto – 75/77) e a terceira etapa (março – 76/78) ofereceram 1.500 vagas cada uma; a quarta etapa (agosto – 76/78) e a quinta (março – 77/79), 1.200 vagas respectivamente. Em cada uma delas, estava prevista a atuação de 10 (dez) orientadores da aprendizagem e 05 (cinco) supervisores docentes, pessoal previamente capacitado para auxiliar os professores-cursistas. (BRITO, 2019, p. 150).

As informações apontadas pela pesquisadora acima permitem que entendamos as dimensões e alcances dessa formação no território do Piauí, inclusive com uma menção importante: o projeto visionava diminuir consideravelmente o número de professores leigos, o equivalente a mais de 60% dessa categoria que atuava nas várias cidades e comunidades do Estado.

Como estrutura para gerir essa quantidade de professores cursistas, foram organizados dez núcleos de apoio, sediados em Teresina (três núcleos), Campo Maior, Picos, Piracuruca, Oeiras, Parnaíba e Floriano (dois núcleos), atendendo diversos municípios de seus respectivos entornos.

Neste ensejo, os relatos dos três colaboradores tendenciam que a formação oferecida pelo Projeto Logos I e II possibilitou o alcance de qualificação para leigos que tiveram a oportunidade de estudar e ampliar seus conhecimentos científicos e pedagógicos, o que influenciou diretamente em suas maneiras de ser e construir-se professores no século XX.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores leigos no Delta do Rio Parnaíba pode ser considerada uma travessia em grandes correntezas, percorrida por desbravadores que enfrentaram diversos obstáculos para conseguir qualificação e exercer o magistério nos povoados da Ilha Grande de Santa Isabel.

Sem condições de cursar magistério na Escola Normal que havia na cidade de Parnaíba, pelos motivos já expressos em outras seções deste artigo, os leigos que atuavam nessa região tiveram no Projeto Logos, etapas I e II, a oportunidade de conquistar formação profissional e galgarem melhores condições de trabalho.

Sendo professores profissionais do ensino de 1º grau, educando e se educando entre práticas formativas, esses docentes ribeirinhos tiveram uma expressiva mudança de vida, em vários sentidos: conquistaram carreira, estabilidade profissional, melhoraram sua condição de vida e puderam oferecer maiores possibilidades de educação e aprendizados para seus alunos.

Influenciaram na mudança de realidade dos povoados do Delta do Rio Parnaíba, uma vez que gerações foram alfabetizadas e tiveram formação primária a partir do trabalho desses professores, que passaram de leigos a titulados em virtude do ingresso e conclusão do processo formativo no Logos.

Dessa forma, acreditamos que os objetivos propostos nesta pesquisa foram atingidos, tendo em vista que analisamos aspectos do Projeto Logos, no tocante ao processo formativo de professores leigos no Delta do Rio Parnaíba, nas comunidades ribeirinhas da Ilha Grande de Santa Isabel, no período de 1970 a 1980.

Caracterizamos esse projeto, em suas duas fases de execução, dando ênfase ao território piauiense, especificamente ao processo formativo de professores leigos que atuaram em Ilha Grande de Santa Isabel, bem como apresentamos alguns construtos teóricos sobre a formação do professor leigo.

O estudo mostrou que o Projeto Logos foi uma política de formação que habilitou centenas de professores leigos no Piauí, oportunizando profissionalização e possível melhoria da qualidade do ensino, por meio da certificação de “Professor do Ensino de Primeiro Grau” aos docentes que atuavam sem formação para o magistério.



Verificamos que um dos diferenciais que oportunizou o ingresso dos leigos e a conclusão do curso foi o formato, em regime de supletivo, o que não impedia que os partícipes continuassem seu trabalho no magistério, ou seja, sendo ofertado em regime de encontros presenciais mensais e materiais de estudo para atividades em casa, os leigos tiveram condições de finalizar as etapas dessa necessária qualificação às suas práticas.

Neste sentido, os colaboradores deste estudo são conscientes de que o magistério é um processo contínuo de formação, portanto, a habilitação ofertada pelo Projeto Logos lhes trouxe, além de aprendizados teóricos e práticos, uma possível mudança de olhar sobre a docência nos contextos em que atuavam.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os professores leigos. **Em Aberto**, Brasília, vol. 5, n. 32, 1986, 13-15.
- BRASIL. **Projeto Logos II**. Brasília: Departamento de Documentação e Divisão, 1975.
- BRASIL. **Projeto Logos I**. Brasília: Departamento de Documentação e Divisão, 1974.
- BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- BRASIL. **Parecer CFE n. 346/72. 1972**. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/parcfe349_72.htm Acesso em: 11 dez. 2020.
- BRITO, Djanés Oliveira de Brito. O Projeto Logos e a formação de professores leigos no Piauí (1973-2001). *In*: SANTOS, Maria Escolástica de Moura; ARAUJO, Francisco Antonio Machado. **Percursos de Pesquisas em História da Educação**. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 135-156.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Portugal: Coimbra, 2001.
- GONÇALVES, Marli Clementino. **Eu era professora, era catequista, era enfermeira, eu era tudo!**: a profissão docente no meio rural piauiense (1971-1989). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.
- Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 01, p. 95-114, jan./abr., 2022**



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2022v31n1.62461

José Marcelo Costa dos Santos, Maria do Amparo
Borges Ferro
O Projeto Logos no Piauí: memórias formativas de
professores leigos no Delta do Rio Parnaíba (1970-
1980)

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia Prático de História Oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PICANÇO, Iracy Silva. Alguns elementos para discussão sobre o professor leigo no ensino brasileiro. **Em Aberto**, Brasília, vol. 5, n. 32, 1986, p. 09-12.

STAHL, Marimar M. Reflexões sobre a formação do professor leigo. **Em Aberto**, Brasília, vol. 5, n. 32, 1986, p. 20-25.

VIANA, Elane Marcia Silva; SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos. Política de formação de professores leigos na ditadura civil-militar e a memória de educadores no sertão da Bahia (1967 – 1983). **Tempos Históricos**, vol. 22, s/n, 2018, p. 659-678.

WARDE, Miriam Jorge. O professor leigo. Até quando? **Em Aberto**, Brasília, vol. 5, n. 32, 1986, p. 01-08.

THE LOGOS PROJECT IN PIAUÍ: FORMATIVE MEMORIES OF LAY TEACHERS IN THE DELTA OF THE PARNAÍBA RIVER (1970-1980)

ABSTRACT

This article aims to analyze aspects of the Logos Project, regarding the training process of lay teachers in the Parnaíba River Delta, in the riverside communities of Ilha Grande de Santa Isabel, from 1970 to 1980. Specifically, we intend to: characterize aspects of the Logos Project in piauiense territory; describe how the training process of lay teachers who worked in riverside communities of the Parnaíba River Delta took place; discuss contributions on the formation of lay teachers in Brazil, focusing on Piauí at the end of the 20th century. This is a historical research, with a qualitative approach, with methodological viés in oral history, having as a technique of data production the full oral history interview, applied to four retired teachers. The theoretical basis included, among others: Brazil (1975; 1974; 1971), Halbwachs (2006); Meihy and Ribeiro (2021). The study showed that the Logos Project was a training policy that ecemized hundreds of lay teachers in Piauí, opportunistic and possible improvement of the quality of teaching, through the certification of a 1st grade teacher to teachers who worked without training for teaching.

Keywords: Ilha Grande de Santa Isabel. Lay Teachers. Logos Project.



EL PROYECTO LOGOS EN PIAUÍ: MEMORIAS FORMATIVAS DE MAESTROS LAICOS EN EL DELTA DEL RÍO PARNAÍBA (1970-1980)

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar aspectos del Proyecto Logos, con respecto al proceso formativo de los maestros laicos en el delta del río Parnaíba, en las comunidades ribereñas de Ilha Grande de Santa Isabel, de 1970 a 1980. Específicamente, pretendemos: caracterizar aspectos del Proyecto Logos en territorio piauiense; describir cómo se llevó a cabo el proceso de capacitación de maestros laicos que trabajaban en comunidades ribereñas del delta del río Parnaíba; discutir las contribuciones sobre la formación de maestros laicos en Brasil, centrándose en Piauí a finales del siglo 20. Se trata de una investigación histórica, con un enfoque cualitativo, con viés metodológicos en historia oral, teniendo como técnica de producción de datos la entrevista completa de historia oral, aplicada a cuatro docentes jubilados. La base teórica incluyó, entre otros: Brasil (1975; 1974; 1971), Halbwachs (2006); Meihy y Ribeiro (2021). El estudio mostró que el Proyecto Logos fue una política de capacitación que ecemizó a cientos de maestros laicos en Piauí, oportunistas y de posible mejora de la calidad de la enseñanza, a través de la certificación de un maestro de 1er grado a maestros que trabajaban sin capacitación para la enseñanza.

Palabras clave: Ilha Grande de Santa Isabel. Maestros laicos. Proyecto Logos.

Submetido em: 06/03/2022

Aprovado em: 30/03/2022

Publicado em: 02/04/2022